

CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO JEQUITINHONHA-MG: INCIDÊNCIA DO PROGRAMA AGROAMIGO¹

Sandro Pereira Silva²
Juliane da Silva Ciríaco³

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Rural, também conhecido como Agroamigo, foi instituído pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 2005 como resposta estruturada à histórica exclusão financeira que afeta os agricultores familiares no Nordeste e em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, incluindo municípios localizados na porção norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Ele se insere no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf),⁴ criado pelo governo federal em meados dos anos 1990 como primeira ação específica de âmbito nacional para promover o acesso ao crédito rural subsidiado à categoria dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos tradicionais, oferecendo condições diferenciadas de financiamento, isto é, com juros reduzidos, prazos estendidos e acompanhamento técnico para a produção. Sua criação se justificou pela necessidade de promover a inclusão financeira justamente da parcela de mais baixa renda desse segmento específico, coberto pela linha do Pronaf B.

Desde que foi criado, o Agroamigo alcançou tamanha evolução que o faz ser considerado o maior programa de microcrédito rural da América Latina, bem como um dos maiores do mundo. Ainda assim, estudos indicam que há demanda potencial para seu crescimento na área de atuação do BNB, dada a importância do acesso ao crédito para produtores familiares agrícolas (Almeida e Oliveira, 2015; Aquino e Bastos, 2015).

No contexto do semiárido e de regiões historicamente marcadas por baixos índices de desenvolvimento, como o vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, o acesso ao crédito produtivo surge como fator essencial para dinamizar a economia dos municípios, estimular a geração de empregos e garantir a segurança alimentar da população. A concessão de financiamento para esses produtores permite a realização de investimentos nas propriedades, com ampliação

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt79/pf2>

2. Técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), atualmente ocupando o cargo de diretor de gestão de fundos na Secretaria de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). E-mail: sandro.pereira@ipea.gov.br.

3. Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea). E-mail: juliane.ciriaco@ipea.gov.br.

4. Desde seu surgimento, o Pronaf passou por diversas alterações normativas no intuito de aperfeiçoar e potencializar sua execução. Dada sua relevância em termos de cobertura social e recursos utilizados, há uma extensa literatura que procura investigar seus impactos sobre a geração de renda e a capacidade produtiva do público beneficiário (Aquino, Gazolla e Schneider, 2018; Castro, Resende e Pires, 2014; Rodrigues, 2019; Silva, 2014; Silva e Ciríaco, 2022; Valadares, 2021).

do potencial produtivo e da comercialização, resultando em impactos diretos na renda dos agricultores e, conseqüentemente, no desenvolvimento local.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou efetuar uma caracterização geral abrangendo a incidência e a evolução do Agroamigo a partir de um recorte territorial específico, a mesorregião do vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Sua escolha como objeto de estudo se deve às características que lhe são peculiares, pois se trata de uma área historicamente marcada por índices elevados de pobreza, baixa produtividade agrícola e limitações no acesso a serviços básicos e infraestrutura a uma grande parcela da população. Para tanto, foram utilizados dados sobre a agricultura familiar na região, obtidos via Censo Agropecuário de 2006 e 2017 (IBGE, 2012; 2019), e tabulações elaboradas e disponibilizadas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene/BNB), com informações referentes a número de contratos, valores financiados, distribuição territorial dos recursos, atividades econômicas contempladas e gênero dos contratantes.

Para atender ao objetivo proposto, o texto que se segue está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, será apresentada uma revisão panorâmica da literatura sobre o Agroamigo, destacando seus objetivos, público-alvo e mecanismos de implementação. Em seguida, são apresentadas as principais especificidades da mesorregião do vale do Jequitinhonha, com foco especial na agricultura familiar. Posteriormente, os resultados obtidos serão discutidos, sobretudo em termos de evolução, magnitude do programa nos municípios analisados, possíveis efeitos em indicadores econômicos e perfil dos contratos de crédito (atividades financiadas e gênero dos tomadores). Ao final são traçadas as considerações finais.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA AGROAMIGO

O Programa Agroamigo, criado pelo BNB em 2005, disponibiliza linhas de crédito e outros serviços financeiros para agricultores familiares de todos os estados da região Nordeste e municípios do norte do Espírito Santo e de Minas Gerais. Seu território de incidência está localizado predominantemente no semiárido brasileiro, que se constitui no espaço geográfico cujas atividades agropecuárias estão expostas a condições climáticas mais adversas em relação ao restante do país, com altos níveis médios de temperatura e baixos índices de precipitação anual (Aquino e Bastos, 2015; Peixoto, 2022).

O programa conta com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para realizar os financiamentos. Sua concepção teve como intuito aperfeiçoar o processo de execução da linha de crédito para agricultores do grupo B do Pronaf,⁵ cujos valores e números de operação vinham crescendo ano a ano, mas os índices de inadimplência atingiam níveis preocupantes.⁶

5. Os dados sobre os limites de crédito e condições de acesso ao Pronaf podem ser conferidos no site <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/plano-safra-da-agricultura-familiar-tabela.pdf>.

6. As famílias enquadradas no grupo B do Pronaf são as mais vulneráveis do programa: possuem pouca terra para a atividade agropecuária, enfrentam grave instabilidade hídrica, residem em regiões com infraestrutura precária (sobretudo em termos de transporte e moradia), não dispõem de equipamentos mecânicos e tecnologia adequada para melhorar sua produtividade e detêm baixo nível de escolaridade (Aquino *et al.*, 2014).

Frente a esse cenário, o principal diferencial do Agroamigo foi a designação de um assessor técnico, também chamado de agente de microcrédito, como responsável pelo acompanhamento dos contratos. Essa atividade é realizada por profissionais de nível médio, muitos deles egressos de escolas agrícolas e técnicas que, preferencialmente, possuam ligações com as comunidades nas quais se situam os projetos de crédito. Eles devem apresentar habilidade para atuarem como um “mediador adicional” (Maia e Pinto, 2015, p. 13) a fim de promover e facilitar os processos necessários para a contratação dos financiamentos.⁷

Com a aceitação e o relativo sucesso da nova metodologia operacional, o BNB expandiu o público de interesse do programa a partir de 2012, ao contemplar também a fração mais estruturada da agricultura familiar. Com isso, passaram a coexistir duas linhas de atuação – Agroamigo Crescer e Agroamigo Mais –, de acordo com os grupos de agricultores que se enquadram no Pronaf, classificados com base no rendimento bruto anual (Aquino e Bastos, 2015; Melo *et al.*, 2023).⁸

Ao longo de quase duas décadas de operacionalização, é possível encontrar estudos que abordam diversas dimensões dos resultados do Agroamigo. De maneira geral, esses estudos enfocam dois conjuntos de objetivos: i) características dos beneficiários tomadores de crédito – nível de escolaridade e idade dos tomadores de crédito, tamanho e infraestrutura das propriedades, potencial produtivo, condições edafoclimáticas da região, acesso a transporte, tecnologia, informação e centros consumidores, entre outros fatores (Maia e Pinto, 2015; Oliveira, Almeida e Taques, 2015); e ii) impactos da execução do crédito rural, com evidências positivas sobre o bem-estar e segurança alimentar das famílias atendidas, os níveis de produção, a capacidade de agregação de valor e comercialização dos produtos financiados (Duarte *et al.*, 2018; Guedes, Almeida e Siqueira, 2021; Maciel *et al.*, 2009; Nunes *et al.*, 2015).

Para além dessas constatações na literatura, é fato que o programa, ao incidir em municípios de maior vulnerabilidade econômica, pode gerar efeitos sinérgicos para a economia desses territórios como um todo, cuja mensuração é possível a partir da análise de covariação entre a evolução dos créditos contratados e o desempenho de variáveis econômicas municipais relevantes. Nesse sentido, as seções seguintes visam contribuir com o esforço avaliativo geral do programa justamente a partir da dimensão agregada de seus efeitos, tendo como recorte espacial de análise os municípios da mesorregião do vale do Jequitinhonha, que possuem presença marcante do público da agricultura familiar.

3 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO EM ESTUDO

A mesorregião do vale do Jequitinhonha, cujos registros oficiais de ocupação remetem ao período da mineração de ouro e diamantes no século XVIII, está localizada a nordeste do estado de Minas Gerais, no entorno do rio Jequitinhonha. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010,⁹ 40% de sua população total é rural, enquanto a média estadual é de 22,5%.

7. Entre as atividades que os agentes de microcrédito desempenham para o Agroamigo estão: mapeamento de agricultores de baixa renda, preparação de cadastro de beneficiários, elaboração de propostas de financiamento, planos de negócio, acompanhamento das etapas, cobrança e renovação de crédito, além da promoção de palestras informativas sobre outras operações bancárias e o estímulo à educação financeira (Duarte *et al.*, 2018).

8. Mais detalhes sobre o Agroamigo estão disponíveis no *site* <https://www.bnb.gov.br/agroamigo>.

9. Os dados do Censo Demográfico de 2010 podem ser acessados em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

Ademais, conta com uma extensão territorial de aproximadamente 85.000 km², sendo boa parte localizada na porção do semiárido brasileiro.

Apesar de uma série de incentivos (como por exemplo crédito subsidiado e privatização de terras públicas) ocorridos na segunda metade do século XX, voltados a “modernizar” a produção agrícola no seu território, com destaque para o favorecimento de empresas monocultoras de eucalipto, café e pecuária bovina (Moura, 2019), a presença da agricultura familiar ainda é marcante no vale do Jequitinhonha. Esse segmento socioproductivo, além de ter grande relevância na manutenção da biodiversidade, responde pela maior parte das ocupações (70% da força de trabalho ocupada no meio rural) e é a base da produção de alimentos e de bens culturais, como o artesanato característico da região, comercializados conjuntamente nas feiras livres municipais (Balbino, Ribeiro e Shiki, 2025; Cruz *et al.*, 2020; Nascimento, 2009; Ribeiro, 2013; 2019; Santos *et al.*, 2024).

No entanto, as contradições e as desigualdades que compõem a própria história da região, levando inclusive a muitos conflitos fundiários, fizeram com que a agricultura familiar fosse cada vez mais pressionada pela concentração de terra, restrição no acesso a recursos hídricos e pelos limites dos mercados. Com isso, há um número expressivo de estabelecimentos rurais que demandam serviços de abastecimento de água (cisternas de captação de águas de chuva, poços artesianos, caminhões-pipa, bombas de captação e pequenas barragens), sobretudo em áreas de maior incidência de pobreza.¹⁰ Tais fatores limitam as condições de reprodução e permanência das famílias no campo, sinalizando fortes obstáculos para a sucessão rural.¹¹

Dada sua extensão territorial, a região é subdividida em cinco microrregiões: Diamantina, Capelinha, Araçuaí, Pedra Azul e Almenara. De forma mais agregada, também há uma divisão territorial entre Alto Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha, que guardam em si algumas características ambientais particulares. Em termos de vegetação, observam-se diferentes biomas: no Alto Jequitinhonha, correspondente às microrregiões de Diamantina, Capelinha e parte de Araçuaí, predomina o cerrado; no Baixo Jequitinhonha, relativo às microrregiões de Pedra Azul e porção de Araçuaí, situado inteiramente no domínio do semiárido legal, a caatinga predomina; enquanto a mata atlântica se concentra em partes da microrregião de Pedra Azul e Almenara.

A partir dos anos 2000, a agricultura familiar no vale do Jequitinhonha passa a ter mais destaque com a expansão de políticas públicas voltadas a esse público, em especial o Pronaf. Para esse processo, vale ressaltar a participação sindical e de outras organizações coletivas de apoio a esses agricultores nas disputas por recursos locais e inserção em novos mercados (Cruz *et al.*, 2020; Silva, 2014).

10. Conforme ressaltado por Balbino, Ribeiro e Shiki (2025, p. 110), “a maioria dos estabelecimentos com acesso a nascentes são não familiares; enquanto estabelecimentos com cisternas e poços são, em maior número, familiares, traduzindo a concentração da estrutura fundiária em termos de acesso a água”.

11. A questão da sucessão rural é ainda mais preocupante quando se observa o envelhecimento dos chefes de domicílios rurais. No Jequitinhonha houve diminuição – considerando o período entre os censos agropecuários – do número de responsáveis nas faixas etárias abaixo de 25 anos, de 25 a menos de 35 anos, e de 35 a menos de 45 anos presentes nos estabelecimentos agropecuários da região. Em contrapartida, o número de responsáveis nas faixas etárias entre 45 e menos de 55 anos, 55 e menos de 65 anos, e de 65 anos ou mais aumentou no total dos estabelecimentos agropecuários da região (Balbino, Ribeiro e Shiki, 2025).

Pelos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), dos pouco mais de 50 mil estabelecimentos agropecuários observados, 75,1% são classificados como de agricultura familiar, nos quais o produtor responsável encontra-se na condição de proprietário em mais de 80%, enquanto os demais são dirigidos por comodatários. Contudo, entre os censos de 2006 e 2017 houve redução no total de estabelecimentos familiares (-2.807), concentrada especialmente na microrregião de Araçuaí, no Baixo Jequitinhonha. Em contrapartida, os estabelecimentos não familiares aumentaram nesse mesmo período, em especial nas microrregiões de Capelinha e Diamantina. Essas informações estão sintetizadas na tabela 1.¹²

TABELA 1
Número de estabelecimentos agropecuários – mesorregião do vale do Jequitinhonha-MG (2006 e 2017)

Territórios e microrregiões	Número total de estabelecimentos		Estabelecimentos da agricultura familiar	
	2006	2017	2006	2017
Alto Jequitinhonha	23.086	29.872	18.822	22.177
Baixo/Médio Jequitinhonha	25.867	21.888	22.195	16.697
Total	48.953	51.760	41.017	38.874

Fontes: IBGE (2012; 2019); Balbino, Ribeiro e Shiki (2025).

Quanto à área dos estabelecimentos de agricultura familiar, 48,6% ocupam até 20 hectares, e 22% são familiares com área entre 21 e 100 hectares. Porém, a desigualdade fundiária no território fica explícita quando se observa que, embora conte com 75% dos estabelecimentos, a agricultura familiar ocupa menos de 35% da área total de produção agropecuária. Em termos de ocupação por atividade econômica, os números da tabela 2 indicam a forte predominância da pecuária, sobretudo na porção do Baixo Jequitinhonha. No total, as receitas vindas da produção animal apresentaram crescimento significativo nos últimos censos, saltando de 32,9% em 2006 para 55,4% em 2017.

TABELA 2
Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica – mesorregião do vale do Jequitinhonha-MG (2017)
(Em %)

Territórios	Lavouras temporárias		Lavouras permanentes		Pecuária e criação de outros animais		Florestas plantadas	
	Total	AF	Total	AF	Total	AF	Total	AF
Alto Jequitinhonha	14,0	22,2	5,9	3,7	44,5	63,5	30,1	5,1
Baixo/Médio Jequitinhonha	8,3	12,0	1,6	1,8	86,0	79,1	0,2	0
Total	11,7	18,1	4,2	2,9	61,1	69,7	18,1	3,1

Fontes: IBGE (2012; 2019); Balbino, Ribeiro e Shiki (2025).

Obs.: AF – agricultura familiar.

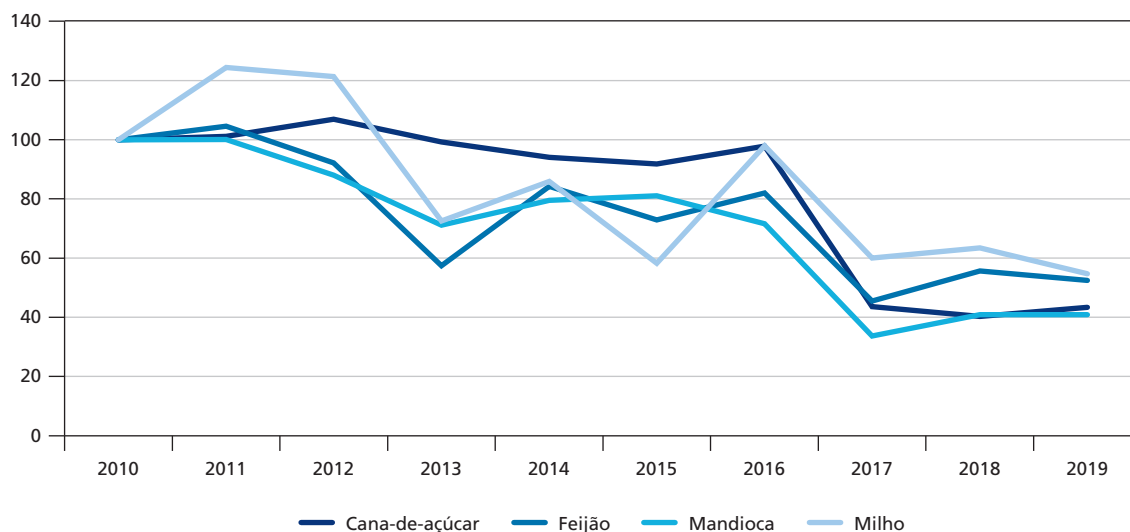
12. Ocorreram modificações metodológicas na identificação da agricultura familiar pelos censos agropecuários de 2006 e 2017 em função de mudanças na legislação e em algumas variáveis do questionário, o que faz com que comparações entre eles devam ser feitas com ressalvas. Sobre essa questão, ver Del Grossi *et al.* (2019), IBGE (2019) e Valadares e Alves (2023).

De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal (PAM),¹³ do IBGE, as principais culturas vegetais da região – cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho –, responsáveis pela maior parte da comercialização, tiveram queda generalizada de produção. Além de serem muito importantes para a segurança alimentar e nutricional das famílias locais, elas constituem também a base do beneficiamento agroindustrial,¹⁴ dando origem a uma série de novos produtos (farinha, fubá, rapadura, aguardente), além de fazer parte da nutrição dos animais. Entre 2010 e 2019, a queda agregada da quantidade produzida dessas quatro culturas agrícolas superou os 30%, como é possível notar no gráfico 1. Em sequência, no gráfico 2, mostra-se a trajetória da área plantada de lavouras temporárias, que também diminuiu no agregado.

GRÁFICO 1

Quantidade produzida de cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho nos estabelecimentos agropecuários – mesorregião do vale do Jequitinhonha-MG (2010-2019)

(Em %)



Fonte: Balbino, Ribeiro e Shiki (2025).

Elaboração dos autores.

Obs.: Os valores do gráfico estão em percentuais, sendo dado à produção de 2010 o índice 100, e à produção dos outros anos, o percentual relativo à produção do ano-índice.

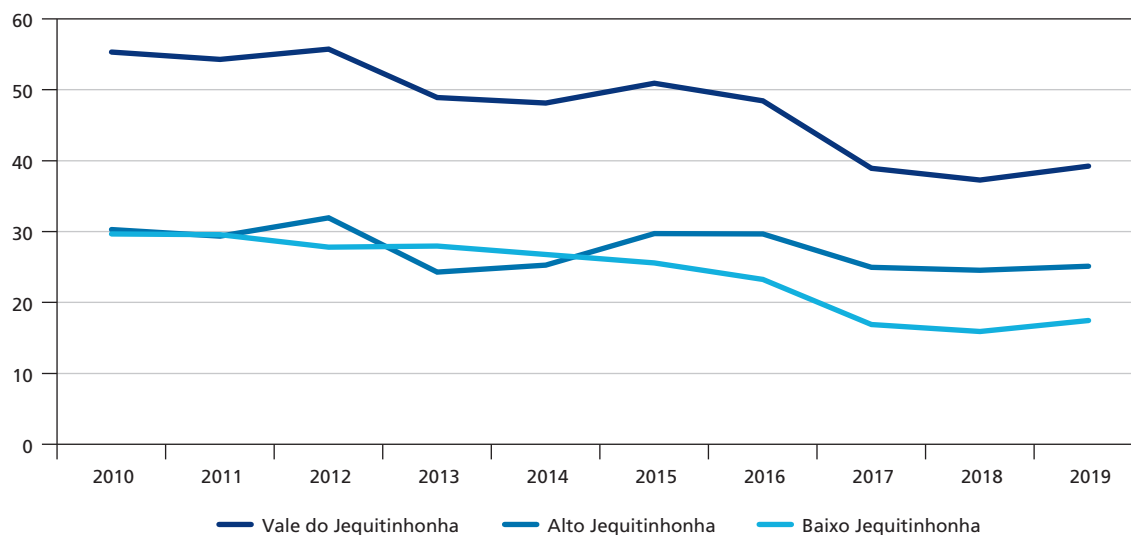
13. Os dados da PAM não segregam por agricultura familiar e não familiar.

14. A atividade de agroindústria, tendo em vista fatores como perecibilidade, clima e agregação de valor, possui relevância estratégica na diversificação dos meios de vida de famílias rurais, impactando o consumo de alimentos e a receita monetária (Balbino, Ribeiro e Shiki, 2025; Bastian *et al.*, 2022).

GRÁFICO 2

Área plantada de lavouras temporárias nos estabelecimentos agropecuários – mesorregião do vale do Jequitinhonha-MG (2010-2019)

(Em 1 mil ha)



Fontes: IBGE (2012; 2019); Balbino, Ribeiro e Shiki (2025).

Elaboração dos autores.

Como consequência dessa retração, a renda interna proveniente da produção de lavouras na região, que em 2006 respondia por 49,6% da renda gerada em estabelecimentos da agricultura familiar, caiu para 22,1% em 2017. Balbino, Ribeiro e Shiki (2025) ressaltam que a análise desses dados de produção não pode deixar de levar em conta a forte seca sentida duramente entre 2012 e 2017,¹⁵ uma das mais graves já conhecidas, sobretudo sobre a parcela do semiárido, justamente onde se localizam os municípios do Baixo Jequitinhonha.

A agricultura familiar do vale do Jequitinhonha também conta com outras rendas além da atividade agropecuária, que em conjunto compõem seus meios de vida e estratégias de reprodução social. O destaque fica por conta das transferências governamentais, tais como a aposentadoria rural, e as rendas provenientes de programas assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (Tupy e Toyoshima, 2013).¹⁶ Ambos representam um importante e contínuo fluxo de renda a essas famílias, além de propiciarem quantitativos monetários relativamente vultuosos para a economia dos municípios. As famílias contam ainda com migrações e empregos sazonais que asseguram uma diversificação ocupacional (incluindo atividades agroindustriais e prestação de serviços), condição conhecida na literatura como pluriatividade (Nascimento, Aquino e Del Grossi, 2022; Silva, 2015).

15. Sobre o impacto da seca para as famílias residentes no semiárido, ver Marengo, Cunha e Alves (2016) e Peixoto (2022).

16. Segundo Balbino, Ribeiro e Shiki (2025), com base nos dados de 2017, cerca de 60% dos estabelecimentos rurais familiares da região recebem recursos de aposentadorias ou pensões, e 24% possuem recursos oriundos de outros programas governamentais, que compõem parte de seu portfólio de renda.

Portanto, a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha mineiro, apesar de todos os desafios estruturais e da marginalização histórica a que se encontra exposta, está assentada sobre estratégias diversas de produção e reprodução social. Conforme mencionado por Balbino, Ribeiro e Shiki (2025, p. 121), as estratégias passam “pelo vínculo entre ser humano e natureza, presente na necessária adaptação do produtor ao meio, o que faz com que as estratégias de reprodução da agricultura familiar sejam repletas de potencialidades sustentáveis responsáveis pela resiliência ambiental da região”.

Portanto, é a tais perspectivas materiais e simbólicas que os programas de crédito e fomento à agricultura familiar, como o Pronaf, operacionalizado pelo BNB na modalidade Agroamigo, precisam se ater, pois sua efetividade será resultante de uma miríade de fatores conjunturais, estruturais e ambientais. Torna-se então cada vez mais necessária a realização de avaliações sistemáticas para identificar possíveis virtudes e equívocos dessas ações.

4 INCIDÊNCIA DO AGROAMIGO NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

O Programa Agroamigo tem se consolidado como importante estratégia para a concessão de crédito rural do Pronaf a produtores agropecuários de perfil familiar nos municípios do vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Com exceção de seu primeiro ano de funcionamento, em 2005, todos os demais anos registraram contratações na mesorregião. No total foram registrados 463,6 mil contratos até 2022, o que representa algo próximo a 7% de todos os contratos de crédito do Agroamigo celebrados pelo BNB no período (ou 70%, considerando apenas a incidência do programa em Minas Gerais).¹⁷ Em termos de volume de recursos financiados, foram quase R\$ 2,5 bilhões no total, o que representa uma média de R\$ 5,4 mil por contrato, com tendência de crescimento ao longo do período. Tal valor, diante do contexto de fragilidade econômica do território em questão, pode ser considerado um montante considerável para impulsionar a economia dos municípios, ou ao menos compensar parte da exclusão creditícia a que sua população está sujeita pelo sistema financeiro tradicional.

Outro destaque refere-se ao salto de crescimento no ritmo de contratação e no valor médio dos contratos após 2012, quando se passou a financiar também grupos de agricultores familiares com faixa de renda superior ao limite exigido pelo Pronaf B. A tabela 3 fornece a evolução desses números.

TABELA 3

Evolução anual do total de contratos, recursos financiados e valor médio dos contratos do Agroamigo nos municípios do vale do Jequitinhonha-MG (2005-2022)

Ano	Total de contratos	Participação (%)	Total de recursos (R\$)	Participação (%)	Valor médio por contrato (R\$)
2005	0	0,0	0	0	0,0
2006	438	0,1	1.250.510	2,0	2.855
2007	8.018	1,7	25.615.956	2,8	3.195

(Continua)

17. A título de informação, o estado de Minas Gerais foi o destino de cerca de 10% tanto dos contratos quanto dos valores financiados em relação ao total geral do programa no período em análise (Silva e Ciriaco, 2023).

(Continuação)

Ano	Total de contratos	Participação (%)	Total de recursos (R\$)	Participação (%)	Valor médio por contrato (R\$)
2008	10.527	2,3	33.097.319	2,6	3.144
2009	18.741	4,0	62.045.899	4,1	3.311
2010	26.561	5,7	96.132.993	4,8	3.619
2011	30.360	6,5	122.427.773	5,3	4.033
2012	29.358	6,3	129.118.790	5,4	4.398
2013	32.495	7,0	165.209.374	6,1	5.084
2014	33.091	7,1	189.612.108	5,9	5.730
2015	34.362	7,4	200.463.847	6,5	5.834
2016	36.960	8,0	201.295.885	7,0	5.446
2017	40.590	8,8	237.006.259	7,5	5.839
2018	37.839	8,2	238.877.695	7,3	6.313
2019	9.130	2,0	55.809.954	7,2	6.113
2020	37.642	8,1	222.300.845	8,2	5.906
2021	38.924	8,4	233.508.601	8,5	5.999
2022	38.566	8,3	246.684.740	8,6	6.396
Total	463.602	100,0	2.460.458.548	100,0	5.307

Fonte: BNB.
Elaboração dos autores.

Na sequência, a tabela 4 demonstra os indicadores de execução do Agroamigo para as cinco microrregiões que congregam os 53 municípios do território em análise. A distribuição dos contratos e recursos financiados acompanham, de certo modo, o total de estabelecimentos de agricultura familiar em cada uma delas, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019). Assim, a microrregião de Pedra Azul, no Baixo Jequitinhonha, detém a maior parcela dos contratos e dos recursos relacionados ao Agroamigo no território, com 32,1% e 32,3%, respectivamente. A menor participação fica por conta da microrregião de Almenara, com 5,5% tanto do número de contratos quanto dos valores de crédito rural financiados.

TABELA 4

Total de contratos, recursos financiados e valor médio dos contratos do Agroamigo nas microrregiões do vale do Jequitinhonha-MG (2005-2022)

Microrregião	Total de contratos	Participação (%)	Total de recursos (R\$)	Participação (%)	Valor médio por contrato (R\$)
Almenara	25.674	5,5	134.266.314	5,5	5.230
Araçuaí	59.430	12,8	317.172.539	12,9	5.337
Capelinha	103.457	22,3	547.307.435	22,2	5.290
Diamantina	126.182	27,2	667.879.148	27,1	5.293
Pedra Azul	148.859	32,1	793.833.113	32,3	5.333
Total	463.602	100,0	2.460.458.548	100,0	5.307

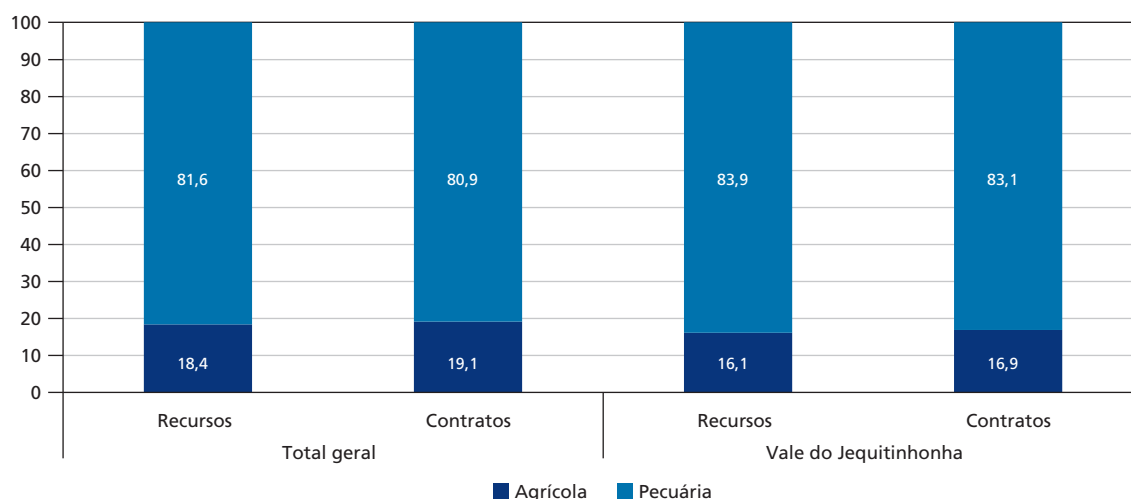
Fonte: BNB.
Elaboração dos autores.

Além da evolução das contratações de crédito no território, é possível considerar que o volume desses créditos afeta positivamente algumas das principais variáveis macroeconômicas dos municípios. Silva e Ciríaco (2023), em análise sobre a incidência do programa nos municípios de atuação do BNB em Minas Gerais – lembrando que o vale do Jequitinhonha responde por mais de 70% das operações no estado –, constataram, por meio do instrumental estatístico de dados em painel para o mesmo período considerado neste estudo (2005 a 2022), que o crédito teve efeito positivo em indicadores relevantes como produto interno bruto (PIB) *per capita* e valor adicionado bruto da agropecuária, o que pode ser atribuído ao seu impacto na produção em unidades familiares atendidas e na renda dos produtores, gerando efeitos multiplicadores nas dinâmicas econômicas locais. Os autores utilizaram ainda valores defasados da variável explicativa para mensurar influência intertemporal do crédito, cujos resultados também foram estatisticamente significativos e positivos. Padrão semelhante foi observado na geração de emprego formal, ao revelar que a oferta de crédito teve papel importante na capacidade de criação de empregos, ao estimular a atividade econômica. Notou-se o mesmo no que diz respeito à arrecadação tributária municipal, na qual verificou-se efeitos positivos persistentes ao longo do tempo, o que demonstra que o crédito não só fortalece a economia como também melhora a capacidade financeira dos municípios. No que se refere às variáveis de controle utilizadas, aquelas de maior significância estatística foram as de precipitação (chuvas) e despesas públicas municipais com agropecuária, que demonstraram correlação positiva com as variáveis de impacto na maior parte dos modelos estimados. Na prática, os resultados indicam a relevância do crédito do Agroamigo como uma injeção monetária relevante para o desempenho dessas economias municipais, uma vez que o financiamento produtivo das atividades da agricultura familiar no território não apenas contribui para a geração de trabalho e renda como também fortalece a capacidade financeira dos municípios ao longo do tempo.

Outras duas informações relevantes para a caracterização dos contratos referem-se às atividades financiadas e ao gênero dos tomadores de crédito, tanto para o total de execução quanto para o recorte territorial específico deste estudo. O gráfico 3 demonstra a divisão dos recursos e do número de contratos por grandes grupos de atividade para o crédito rural. Ao todo, o financiamento para a pecuária responde por mais de 80% dos contratos e dos recursos de empréstimos, com destaque para bovinocultura (de corte e leite, que representa mais de 40% no total de contratos), suinocultura, ovinocultura, avicultura, caprinocultura e apicultura, enquanto os projetos associados à agricultura (grãos, fruticultura, olericultura etc.) ficaram com pouco menos de 20%. A predominância da pecuária também se observa nos municípios do vale do Jequitinhonha, em proporção levemente superior.

GRÁFICO 3

Divisão do montante de recursos e contratos do Agroamigo por setor de atividade principal do financiamento: total geral e nos municípios do vale do Jequitinhonha-MG (2005-2022)
(Em %)



Fonte: BNB.

Elaboração dos autores.

Por um lado, os dados do gráfico 3 exprimem a relevância que a produção animal mantém para as famílias rurais, tanto para o comércio quanto para o autoconsumo. Isso ocorre porque, além de exercer o papel de reserva de valor e de poupança familiar para enfrentar determinadas situações de risco e necessidade de liquidez, os animais fornecem carne, leite e ovos, que servem também de matéria-prima para a fabricação de doces, pães e quitandas. Tais características são ainda mais atraentes em localidades onde predomina o clima seco, como no semiárido, dadas as incertezas quanto à produtividade agrícola (Maia e Pinto, 2015). Por outro lado, os dados reforçam as críticas de um conjunto de autores sobre a incapacidade do Agroamigo em fomentar projetos econômicos inovadores em territórios rurais, atendo-se fundamentalmente a atividades tradicionais da agropecuária.

Contudo, os limites de valores por contrato do Pronaf B, maior parte do público do Agroamigo, são baixos, o que impede a busca por outras iniciativas que necessitam maior aporte de capital. Ao se concentrarem na modalidade investimento, a tendência é que os financiamentos sejam voltados a projetos que não necessitam de capital de giro, uma vez que não há a garantia de acesso a linhas que atendam a essas necessidades. Isso explica, em grande medida, a predominância massiva dos projetos de pecuária, que também são mais aceitáveis aos olhos dos agentes financeiros (Alves *et al.*, 2022a).

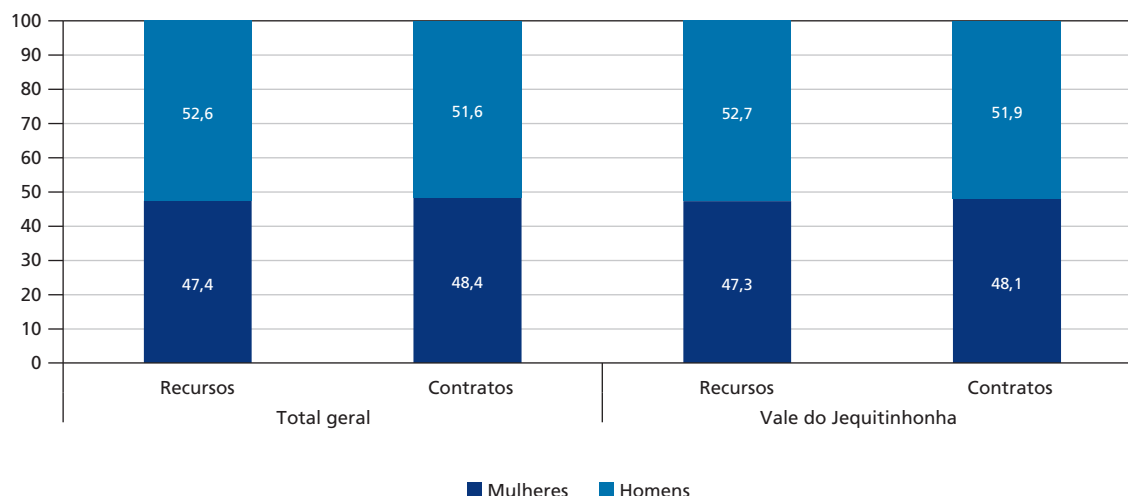
Em termos de divisão de gênero na titularidade dos contratos, o gráfico 4 demonstra que, embora a maior parte dos contratos seja firmada por homens, há uma participação expressiva das mulheres. Elas já respondem por quase metade dos financiamentos, além de não haver diferenças significativas nos valores médios dos contratos entre homens e mulheres.

Nota-se que as médias obtidas para o vale do Jequitinhonha, também nesse caso, são próximas às médias gerais do programa.¹⁸

GRÁFICO 4

Divisão do montante de recursos e contratos do Agroamigo por gênero do tomador: total geral e nos municípios do vale do Jequitinhonha-MG (2005-2022)

(Em %)



Fonte: BNB.

Elaboração dos autores.

A marcante presença feminina na execução do programa está em consonância com estudos que destacam o papel das mulheres na agricultura familiar, cuja atuação está associada, entre outros fatores, ao estímulo à diversificação produtiva e ao autoconsumo, favorecendo tanto a segurança alimentar e nutricional do grupo familiar quanto a capacidade de geração de renda na propriedade (Cunha Júnior *et al.*, 2023; Loli, Lima e Silochi, 2020; Mendonça e Soares, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mesorregião do vale do Jequitinhonha em Minas Gerais é historicamente marcada por dificuldades estruturais, baixa renda *per capita* e dependência de atividades agropecuárias em unidades familiares de pequeno porte. Assim, compreender a relevância de instrumentos de crédito rural para favorecer a atividade desses produtores pode fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais e geração de trabalho e renda. Este artigo visou, então, oferecer uma compreensão geral da incidência do programa nos municípios que compõem o território em análise.

18. Para uma análise antropológica da relação das mulheres à atividade camponesa no vale do Jequitinhonha, ver Maia (2004).

Foi possível notar que o número de contratos, o volume real de créditos financiados e os valores médios por contrato têm se mostrado ascendentes ao longo do período analisado. Os dados demonstram também a participação expressiva de mulheres como tomadoras dos contratos, o que indica a preocupação operacional com a igualdade de gênero, além de reforçar a atividade pecuária como estratégica para a reprodução social dessas propriedades.

No entanto, os resultados encontrados não eximem o programa de alguns pontos críticos de sua operacionalização, recorrentemente apontados na literatura sobre o tema. Entre eles está a necessidade de integrar cada vez mais o Agroamigo com as demais políticas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável, incluindo comercialização, agroindústria, assistência técnica, recursos hídricos e reforma agrária, bem como outros programas de proteção social, qualificação profissional, infraestrutura domiciliar e inovação produtiva, como forma de garantir a cidadania desses povos e a proteção do patrimônio ambiental e cultural do território. Vale destacar ainda o estímulo à organização coletiva dos agricultores familiares em cooperativas e outras iniciativas de economia solidária, com vistas a potencializar sua capacidade de inserção nos mercados em condições mais favoráveis.

Por isso, ressalta-se a importância de se manter processos contínuos de avaliação sobre os diversos aspectos operacionais e estratégicos relacionados à sua execução e seus efeitos junto ao público beneficiário, com vistas a aprimorar cada vez mais o seu potencial de alcance e de contribuição para o bem-estar da população demandante.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. T. C. de; OLIVEIRA, J. da C. T. de. O Agroamigo e a equidade no repasse de recursos: evidências usando a fronteira de maior disponibilidade de serviços para idênticas necessidades. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 89-104, jul. 2015.
- ALVES, F. *et al.* Análise das linhas alternativas de investimento do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: lógica operacional e assimetrias regionais. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, ano 28, v. 73, p. 141-155, 2022a.
- ALVES, F. *et al.* **Análise da relação entre créditos do Pronaf e diversificação da produção agrícola em estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil (2006-2017)**. Brasília: Ipea, nov. 2022b. (Texto para Discussão, n. 2815).
- AQUINO, J. R. de; BASTOS, F. Dez anos do programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 139-160, jul. 2015.
- AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan.-mar. 2018.
- AQUINO, J. R. de *et al.* Dimensão e características do público potencial do grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014. p. 77-105.

- BALBINO, T. F.; RIBEIRO, E. M.; SHIKI, S. F. N. A dinâmica da agricultura familiar no vale do Jequitinhonha mineiro: uma análise a partir dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. *In: SANTOS, G. R. dos; VALADARES, A. A.; SILVA, S. P. Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Ipea, 2025. v. 2, p. 99-127.
- BASTIAN, L. *et al.* **As agroindústrias rurais nos censos agropecuários de 2006 e 2017**: uma análise para o Brasil e as grandes regiões. Brasília: Ipea, jan. 2022. (Texto para Discussão, n. 2729).
- CASTRO, C. N. de; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. de S. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2014. (Texto para Discussão, n. 1974).
- CRUZ, G. C. da *et al.* A seca no cotidiano: agricultura familiar e estiagem em comunidades rurais do gerais de Januária, MG. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 3, p. 700-720, 1º out. 2020.
- CUNHA JÚNIOR, J. M. *et al.* **Impactos do programa Crediamigo no desenvolvimento econômico municipal**. Fortaleza: BNB, 2023. (Artigos Etene).
- DEL GROSSI, M. *et al.* Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista Necat**, v. 8, n. 16, p. 40-45, jul.-dez. 2019.
- DUARTE, S. P. da S. *et al.* Efeitos heterogêneos do programa Agroamigo sobre os pequenos produtores rurais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 43-61, abr.-jun. 2018.
- GUEDES, I. A.; ALMEIDA, A. T. C.; SIQUEIRA, L. B. O. de. Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária na região Nordeste: evidências do Programa Agroamigo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 1, p. 1-19, 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades de federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LOLI, D. A.; LIMA, R. de S.; SILOCHI, R. M. H. Q. Mulheres em contextos rurais e segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-13, 2020.
- MACIEL, H. M. *et al.* O impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 559-586, jul.-set. 2009.
- MAIA, C. J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. **Revista Mulher e Trabalho**, v. 4, n. 1, p. 89-103, 2004.
- MAIA, G. B. da S.; PINTO, A. de R. Agroamigo: uma análise de sua importância no desempenho do Pronaf B. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 9-20, jul. 2015.
- MARENGO, J. A.; CUNHA, A. P.; ALVES, L. M. A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico. **Revista Climanálise**, v. 3, n. 1, p. 49-54, 2016.
- MELO, M. R. B. *et al.* Agroamigo: promovendo sustentabilidade e conectividade nas áreas rurais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, sup. espec., p. 37-51, 2023.
- MENDONÇA, K. V.; SOARES, R. B. Trajetória de crescimento para microempreendedores: diferencial de gênero dos clientes do programa Crediamigo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 701-731, jul.-set. 2016.

- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**. 2. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- NASCIMENTO, E. C. do. Vale do Jequitinhonha: entre a carência social e a riqueza cultural. **Revista Contemporâneos**, n. 4, p. 1-15, maio-out. 2009.
- NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DEL GROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, 2022.
- NUNES, E. M. *et al.* O Agroamigo e a estruturação da agricultura familiar em territórios da cidadania: impactos na cadeia da apicultura no Sertão do Apodi (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 105-122, jul. 2015.
- OLIVEIRA, J. da C. T. de; ALMEIDA, A. T. C. de; TAQUES, F. H. Concentração e aderência dos recursos da carteira de financiamento do Agroamigo: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Nordeste, v. 46, p. 21-37, jul. 2015.
- PEIXOTO, E. C. **Elementos para o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar no Nordeste**: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da região. São Paulo: Outras Expressões, 2022.
- RIBEIRO, E. M. (Org.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.
- RIBEIRO, E. M. (Org.). **Do engenho à mesa**: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.
- RODRIGUES, G. M. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 1, p. 29-48, jan.-mar. 2019.
- SANTOS, S. P. *et al.* Agricultura familiar, águas e estratégias produtivas em comunidades rurais do vale do Jequitinhonha. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 62., 2024, Palmas, Tocantins. **Anais... Even3**, 2024.
- SILVA, S. P. Mediação social e incidência territorial de políticas públicas de desenvolvimento rural no Médio Jequitinhonha/MG. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 65, p. 164-185, jul.-dez. 2014.
- SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Brasília: Ipea, abr. 2015. (Texto para Discussão, n. 2076).
- SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. da S. **Análise do efeito do Pronaf sobre a renda de agricultores familiares no meio rural nordestino**. Brasília: Ipea, dez. 2022. (Texto para Discussão, n. 2827).
- SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. S. O Programa Agroamigo em municípios de Minas Gerais: incidência territorial e efeitos sobre agregados econômicos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 54, p. 253-273, jul. 2023.
- TUPY, I. S.; TOYOSHIMA, S. H. Impactos dos programas governamentais de transferência de renda sobre a economia do vale do Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 671-692, jul.-set. 2013.

VALADARES, A. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):** uma revisão bibliográfica (2009-2019). Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2021. (Texto para Discussão, n. 2706).

VALADARES, A. A.; ALVES, F. A redução do número de estabelecimentos familiares e do pessoal ocupado na agricultura familiar: hipóteses à luz da análise dos censos agropecuários 2006 e 2017. *In*: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P. (Org.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar:** um marco para as políticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília: Ipea, 2023. p. 23-42.